

Roberto Moreira de Almeida

CURSO DE **DIREITO**
ELEITORAL

17^a

Edição

revista
atualizada
ampliada

2024



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Lupe Comunicação e Design (lupecomunicacao@gmail.com)

Capa: Ana Caquetti

A447c Almeida, Roberto Moreira de
Curso de Direito Eleitoral / Roberto Moreira de Almeida – 17.ed., rev., atual. e ampl. –
São Paulo: Editora Juspodivm, 2024.
832 p.

Inclui Bibliografia.
ISBN: 978-85-442-4903-1.

1. Direito Eleitoral. 2. Direito Político. 3. Justiça eleitoral. I. Almeida, Roberto Moreira de.
II. Título.

CDD 341.28

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE QUESTÕES.....	33		
CAPÍTULO I			
INTRODUÇÃO AO DIREITO ELEITORAL	45		
1. INTRODUÇÃO AO DIREITO ELEITORAL ...	45		
1.1. Conceito de Direito Eleitoral.....	45	1.1. Conceito	71
1.2. Objeto	45	1.2. Distinção entre nacionalidade e cidadania.....	71
1.3. Taxonomia e autonomia	46	1.3. Termos jurídicos relacionados à nacionalidade.....	71
1.4. Fontes.....	47	1.3.1. Povo.....	71
1.4.1. Fontes diretas.....	47	1.3.2. População.....	72
1.4.2. Fontes indiretas.....	49	1.3.3. Nação	72
1.5. Codificações eleitorais	54	1.3.4. Estado.....	72
1.6. Competência legislativa	55	1.4. Espécies de nacionalidade	72
1.7. Princípios do Direito Eleitoral	56	1.4.1. Nacionalidade originária.....	72
1.7.1. Conceito de princípio.....	56	1.4.2. Nacionalidade derivada	72
1.7.2. Princípios do Direito Eleitoral em espécie.....	56	1.5. Critérios para a obtenção da nacionalidade originária	72
1.7.2.1. Princípio da anualidade ou da anterioridade da lei eleitoral	56	1.5.1. Critério do <i>jus soli</i> (local do nascimento)	72
1.7.2.2. Princípio da celeridade	59	1.5.2. Critério do <i>jus sanguinis</i> (fator sanguíneo).....	72
1.7.2.3. Princípio da periodicidade da investidura das funções eleitorais.....	60	1.6. Critérios adotados pelo Brasil.....	72
1.7.2.4. Princípio da lisura das eleições ou da isonomia de oportunidades.....	60	1.7. Nacionalidade derivada	73
1.7.2.5. Princípio da responsabilidade solidária entre candidatos e partidos políticos	62	1.7.1. Noção	73
2. SINOPSE	64	1.7.2. Requisitos para a aquisição da nacionalidade derivada no Brasil.....	73
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	64	1.7.3. Situação jurídica dos portugueses residentes no Brasil.....	74
3.1. Informativos	64	1.8. Diferenças entre brasileiros natos e naturalizados.....	75
3.2. Jurisprudência selecionada.....	68	1.8.1. Tratamento diferenciado para a ocupação de certos cargos (CF, art. 12, § 3º).....	75
CAPÍTULO II		1.8.2. Tratamento diferenciado para o exercício de funções relevantes.....	75
NACIONALIDADE	71	1.8.3. Tratamento diferenciado para a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão de sons e imagens	76
1. NACIONALIDADE	71		

1.8.4. Tratamento diferenciado para a extradição.....	76	1.3.3.3.4. Desincompatibilização definitiva e temporária.....	135
1.9. Perda da nacionalidade	77	1.3.3.3.5. Tabela resumo de desincompatibilização.....	135
1.9.1. Perda da nacionalidade, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático (CF, art. 12, § 4º, I).....	77	1.3.4. Reelegibilidade.....	136
1.9.2. Perda da nacionalidade por pedido expresso à autoridade brasileira competente	77	1.3.4.1. Conceito	136
1.10. Vocabulário	77	1.3.4.2. Hipóteses constitucionais ...	136
2. SINOPSE	77	1.3.5. Privação dos direitos políticos	137
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	79	1.3.5.1. Introdução.....	137
3.1. Informativos	79	1.3.5.2. Hipóteses legais	138
3.2. Jurisprudência selecionada.....	81	1.3.6. Direitos políticos dos militares....	142
CAPÍTULO III		1.3.7. Direitos políticos dos magistrados.....	143
DIREITOS POLÍTICOS	83	1.3.8. Direitos políticos dos membros de Tribunais de Contas.....	144
1. DIREITOS POLÍTICOS	83	1.3.9. Direitos políticos dos membros do Ministério Público	144
1.1. Conceito	83	1.4. Político Ficha Limpa	145
1.2. Democracia	84	1.4.1. Origem.....	145
1.3. Modalidades	87	1.4.2. Legislação	145
1.3.1. Direitos políticos ativos (capacidade eleitoral ativa).....	87	1.4.3. Aplicabilidade imediata.....	146
1.3.1.1. Conceito	87	1.4.4. Efeito suspensivo.....	151
1.3.1.2. Sufrágio	88	1.4.5. Aditamento recursal	152
1.3.2. Direitos políticos passivos (capacidade eleitoral passiva).....	92	1.4.6. Elegibilidade mantida	152
1.3.2.1. Conceito	92	1.4.7. Quadro resumido	154
1.3.2.2. Condições de elegibilidade .	93	2. SINOPSE	156
1.3.3. Inelegibilidade.....	98	3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	158
1.3.3.1. Conceito	98	3.1. Súmulas STF	158
1.3.3.2. Casos de inelegibilidade.....	98	3.2. Súmulas TSE	158
1.3.3.3. Desincompatibilização	134	3.3. Informativos	161
1.3.3.3.1. Conceito	134	3.4. Jurisprudência selecionada.....	179
1.3.3.3.2. Finalidade	134	CAPÍTULO IV	
1.3.3.3.3. Heterodesincompatibilização e autodesincompatibilização.....	134	PARTIDOS POLÍTICOS	183
		1. PARTIDOS POLÍTICOS	183
		1.1. Conceito	183
		1.2. Natureza jurídica	186
		1.3. Finalidade.....	188
		1.4. Sistemas partidários.....	188
		1.5. Regramento constitucional.....	189

1.6. Autonomia partidária	192	1.2.1.3. Irredutibilidade de subsídio	234
1.7. Recursos do Fundo Partidário e propaganda gratuita no rádio e na TV	193	1.2.2. Vedações	234
1.7.1. Fundo Partidário	194	1.2.2.1. Exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério	235
1.7.2. Acesso gratuito ao rádio e à televisão	200	1.2.2.2. Receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo, bem como auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei	235
1.8. Atuais partidos políticos brasileiros	201	1.2.2.3. Dedicar-se à atividade político-partidária e exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração	235
1.9. Infidelidade partidária por fixação jurisprudencial	205	1.3. Organização da Justiça Eleitoral	237
1.9.1. Noções gerais	205	1.3.1. Introdução	237
1.9.2. Constitucionalidade da Resolução TSE nº 22.610/07	209	1.3.2. Tribunal Superior Eleitoral	237
1.9.3. Legitimidade ativa e prazo para a propositura da ação	209	1.3.2.1. Posição topográfica	237
1.9.4. Tutela antecipada	210	1.3.2.2. Composição	237
1.9.5. Hipóteses de justa causa	210	1.3.2.3. Competência	239
1.9.6. Competência	211	1.3.3. Tribunais Regionais Eleitorais (TREs)	244
1.9.7. Atuação do Ministério Público Eleitoral	211	1.3.3.1. Conceito	244
1.9.8. Procedimento	212	1.3.3.2. Organização	244
1.9.9. Duração razoável do processo	214	1.3.3.3. Competência	245
1.9.10. Vigência	214	1.3.4. Juízes eleitorais	247
1.10. Infidelidade partidária por fixação legal (Lei n.º 13.165/15) e nova previsão trazida pela EC n.º 111/21	214	1.3.4.1. Posição topográfica	247
2. SINOPSE	216	1.3.4.2. Competência	247
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA ..	218	1.3.5. Juntas Eleitorais	248
3.1. Súmulas do TSE	218	1.3.5.1. Posição topográfica	248
3.2. Informativos	218	1.3.5.2. Competência	250
3.3. Jurisprudência selecionada	231	2. SINOPSE	250
CAPÍTULO V		3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	252
JUSTIÇA ELEITORAL	233	3.1. Súmulas STF	252
1. JUSTIÇA ELEITORAL	233	3.2. Súmulas TSE	252
1.1. Origem	233		
1.2. Garantias e vedações da magistratura em geral e da magistratura eleitoral	233		
1.2.1. Garantias	233		
1.2.1.1. Vitaliciedade	233		
1.2.1.2. Inamovibilidade	234		

3.3. Informativos	252	1.7. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)	266
3.4. Jurisprudência selecionada	256	1.7.1. Origem	266
CAPÍTULO VI		1.7.2. Composição	267
MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	259	1.7.3. Atribuições	267
1. MINISTÉRIO PÚBLICO	259	1.7.4. Reclamações e representações	267
1.1. Conceito	259	2. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	268
1.2. Princípios institucionais	259	2.1. Conceito e princípios institucionais	268
1.2.1. Unidade	259	2.2. Organização	269
1.2.2. Indivisibilidade	259	2.2.1. Ministério Público Eleitoral perante o Tribunal Superior Eleitoral	269
1.2.3. Independência funcional	260	2.2.1.1. Atuação	269
1.3. Autonomia	261	2.2.1.2. Atribuições	269
1.3.1. Autonomia funcional e administrativa	261	2.2.2. Ministério Público perante o Tribunal Regional Eleitoral	271
1.3.2. Autonomia financeira	261	2.2.2.1. Atuação	271
1.4. Organização	261	2.2.2.2. Atribuições	271
1.4.1. Ministério Público da União (MPU)	261	2.2.3. Ministério Público perante os Juízes e Juntas Eleitorais	272
1.4.1.1. Chefia institucional	261	2.2.3.1. Atuação	272
1.4.1.2. Ramos integrantes	262	2.2.3.2. Atribuições	273
1.4.2. Ministério Público dos Estados ...	263	2.3. Funções do Ministério Público Eleitoral segundo a doutrina	276
1.4.2.1. Chefia institucional	263	2.3.1. Em ano sem eleição	276
1.4.2.2. Órgãos integrantes	263	2.3.2. Em ano eleitoral	277
1.5. Garantias	264	2.4. Designação de promotores eleitorais ...	279
1.5.1. Vitaliciedade	264	3. SINOPSE	281
1.5.2. Inamovibilidade	264	4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	282
1.5.3. Irredutibilidade de subsídios	264	4.1. Informativos	282
1.6. Vedações	264	4.2. Jurisprudência selecionada	288
1.6.1. O recebimento, a qualquer título e sob qualquer pretexto, de honorários, percentagens ou custas processuais	265	CAPÍTULO VII	
1.6.2. O exercício da advocacia	265	ALISTAMENTO ELEITORAL	291
1.6.3. Participar de sociedade comercial, na forma da lei	265	1. ALISTAMENTO ELEITORAL	291
1.6.4. Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério	266	1.1. Conceito e previsão legal	291
1.6.5. Exercer atividade político-partidária	266	1.2. Obrigatoriedade	292
1.6.6. Receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei	266	1.3. Facultatividade	292
		1.4. Vedação	292

1.5. Direito de voto	293	1.4. Local das convenções.....	320
1.5.1. Obrigatoriedade.....	293	1.5. Escolha de candidatos.....	320
1.5.2. Facultatividade.....	293	1.6. Propaganda intrapartidária.....	321
1.5.3. Vedação.....	293	1.7. Coligações	321
1.6. Domicílio eleitoral	294	1.7.1. Conceito	321
1.7. Procedimento para o alistamento	295	1.7.2. Natureza jurídica	321
1.7.1. Introdução.....	295	1.7.3. Denominação	322
1.7.1.1. Qualificação.....	295	1.7.4. Verticalização	322
1.7.1.2. Inscrição	296	1.7.5. Regramento legal	323
1.7.1.3. Deferimento	298	1.7.6. Quem representa a coligação	323
1.7.2. Impugnações e recursos ao alistamento	298	1.8. Federações partidárias.....	324
1.7.3. Encerramento do alistamento	299	1.8.1. Conceito	324
1.8. Consequências do não alistamento.....	300	1.8.2. Previsão legal	324
1.9. Transferência, revisão, segunda via, cancelamento e exclusão.....	300	1.8.3. Regras legais para se instituir uma federação partidária (Lei n.º 9.096/95, art. 11-A).....	324
1.9.1. Transferência	300	1.8.4. Fases para criação de uma federação de partidos políticos	324
1.9.2. Revisão	301	1.8.5. Atuação da federação nas eleições	325
1.9.3. Segunda via	302	1.8.6. Semelhanças e distinções entre coligações partidárias e federação de partidos políticos.....	325
1.9.4. Cancelamento e exclusão	303	2. REGISTRO DE CANDIDATURAS	326
1.10. Fiscalização do alistamento	310	2.1. Introdução.....	326
1.11. Título eleitoral.....	310	2.2. Competência.....	327
2. SINOPSE	311	2.3. Requisitos legais.....	327
3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	313	2.4. Prazo.....	329
3.1. Informativos	313	2.5. Quantidade de candidatos.....	329
3.2. Jurisprudência Seleccionada	315	2.5.1. Nas eleições majoritárias	329
CAPÍTULO VIII		2.5.2. Nas eleições proporcionais	330
CONVENÇÃO PARTIDÁRIA E REGISTRO		2.6. Percentual mínimo de vagas para o sexo masculino e feminino nas eleições proporcionais	330
DE CANDIDATURAS	319	2.7. Identificação numérica dos candidatos.....	331
1. CONVENÇÃO PARA ESCOLHA DE		2.7.1. Nas eleições majoritárias	331
CANDIDATOS	319	2.7.2. Nas eleições proporcionais	332
1.1. Noção	319	2.8. Variação nominal dos candidatos	332
1.2. Espécies.....	319		
1.2.1. Convenção municipal.....	319		
1.2.2. Convenção regional.....	319		
1.2.3. Convenção nacional.....	320		
1.3. Prazo.....	320		

2.9. Substituição de candidatos	333	1.4.4. Vedações	366
2.10. Cancelamento de registro.....	335	1.4.5. Desobediência, punição e procedimento.....	367
2.11. Candidatura nata e candidatura avulsa	335	1.4.6. Propaganda intrapartidária.....	367
2.12. “Check list” da Justiça Eleitoral para o registro de candidaturas	338	1.5. Propaganda eleitoral.....	367
3. SINOPSE	342	1.5.1. Introdução.....	367
4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	344	1.5.2. Previsão legal	368
4.1. Súmulas do TSE	344	1.5.3. Prazo e propaganda antecipada ou extemporânea.....	368
4.2. Informativos.....	346	1.5.4. Identificação e idioma (CE, art. 242; e Lei das Eleições, art. 36, § 4º)	370
4.3. Jurisprudência selecionada.....	355	1.5.5. Meios fiscalizatórios.....	370
CAPÍTULO IX		1.5.6. Meios de veiculação de propaganda	370
PROPAGANDA POLÍTICA	359	1.5.6.1. Introdução.....	370
1. PROPAGANDA POLÍTICA	359	1.5.6.2. <i>Outdoors</i>	370
1.1. Conceito de propaganda.....	359	1.5.6.3. Imprensa escrita.....	371
1.2. Distinção entre propaganda eleitoral, propaganda intrapartidária e propaganda partidária.....	360	1.5.6.4. Rádio e televisão	372
1.3. Princípios.....	361	1.5.6.5. Debates	376
1.3.1. Princípio da legalidade.....	361	1.5.6.6. Pesquisas e testes pré- eleitorais.....	378
1.3.2. Princípio da liberdade	361	1.5.6.7. Internet	382
1.3.3. Princípio da responsabilidade.....	362	1.5.6.8. Outros meios de propaganda	384
1.3.4. Princípio da igualdade.....	363	1.6. Representação por propaganda eleitoral ilícita e direito de resposta	394
1.3.5. Princípio da disponibilidade.....	363	1.6.1. Representação por propaganda eleitoral ilícita	394
1.3.6. Princípio do controle judicial da propaganda	364	1.6.2. Direito de resposta.....	396
1.4. Propaganda partidária	364	1.6.2.1. Introdução.....	396
1.4.1. Previsão legal	364	1.6.2.2. Competência	396
1.4.2. Regramento legal (Lei n.º 9.096/95, art. 50-A).....	365	1.6.2.3. Legitimação ativa e passiva ...	396
1.4.2.1. Horário de veiculação	365	1.6.2.4. Prazo para o exercício.....	397
1.4.2.2. Âmbito nacional ou estadual.....	365	1.6.2.5. Procedimento	397
1.4.2.3. Competência	365	2. SINOPSE	401
1.4.2.4. Inserções	365	3. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	403
1.4.2.5. Tempo de veiculação por partido político.....	365	3.1. Súmulas do TSE	403
1.4.3. Finalidades	366	3.2. Informativos	403
		3.3. Jurisprudência selecionada.....	414

CAPÍTULO X	
SISTEMAS ELEITORAIS, ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICA DO ELEITORADO E MEDIDAS PRELIMINARES À VOTAÇÃO	419
1. SISTEMAS ELEITORAIS	419
1.1. Noções prévias e conceito	419
1.2. Sistema majoritário	419
1.2.1. Conceito	419
1.3. Sistema proporcional	421
1.3.1. Conceito	421
1.3.2. Quociente Eleitoral (QE)	422
1.3.3. Quociente Partidário (QP)	423
1.3.4. Distribuição das sobras	425
2. COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO BRASILEIRO	426
2.1. Congresso Nacional (Parlamento da União)	426
2.1.1. Câmara dos Deputados	427
2.1.2. Senado Federal	429
2.2. Assembleias Legislativas (Parlamento dos Estados-membros)	430
2.3. Câmara Legislativa (Parlamento do Distrito Federal)	431
2.4. Câmara Municipal (Parlamento dos Municípios)	431
3. ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL E POLÍTICA DO ELEITORADO	433
3.1. Introdução	433
3.2. Circunscrições eleitorais	433
3.2.1. O país (território nacional)	433
3.2.2. O território do Distrito Federal ...	433
3.2.3. O território dos Estados-membros	434
3.2.4. O território do Município	434
3.3. Zonas eleitorais (ZE)	434
3.4. Seções eleitorais	434
4. MEDIDAS PRELIMINARES À VOTAÇÃO ...	438
4.1. Introdução	438
4.2. Mesas Receptoras	438
5. SINOPSE	440
6. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	442
6.1. Súmulas do TSE	442
6.2. Informativos	442
6.3. Jurisprudência selecionada	446
CAPÍTULO XI	
VOTAÇÃO, APURAÇÃO, TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS, PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS E DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS	453
1. VOTAÇÃO	453
1.1. Lugares de votação (CE, art. 135)	453
1.2. Sistema eletrônico de votação-	454
1.3. Sigilo e inviolabilidade do voto (CE, art. 103)	455
1.4. Folha eletrônica de votação (Lei nº 9.504/97, art. 62)	456
1.5. Procedimento da votação	456
1.5.1. Providências preliminares (CE, art. 142)	456
1.5.2. Início dos trabalhos (CE, art. 143)	456
1.5.3. Prioridade na votação	458
1.5.4. Horário de recebimento dos votos (CE, art. 144)	459
1.5.5. Assinatura dos eleitores (Lei nº 7.332/85, art. 18)	460
2. APURAÇÃO, TOTALIZAÇÃO DOS VOTOS E PROCLAMAÇÃO DOS ELEITOS	463
2.1. Introdução	463
2.2. Competência (CE, art. 158)	467
2.3. A utilização das urnas eletrônicas	473
2.4. A proclamação dos resultados (proclamação dos eleitos)	474
3. DIPLOMAÇÃO	475
3.1. Conceito	475
3.2. Natureza jurídica	475
3.3. Prazo	476
3.4. Competência para diplomar	477

3.4.1. Tribunal Superior Eleitoral	477
3.4.2. Tribunal Regional Eleitoral	477
3.4.3. Junta Eleitoral.....	477
3.5. Fiscalização da diplomação.....	477
3.6. Prerrogativas e vedações a partir da diplomação	478
3.6.1. Prerrogativas (CF, art. 53).....	478
3.6.1.1. Foro privilegiado por prerrogativa de função.....	478
3.6.1.2. Prisão.....	478
3.6.1.3. Sustação de processo penal	478
3.6.1.4. Facultatividade de prestar testemunho	479
3.6.1.5. Incorporação às Forças Armadas	479
3.6.2. Vedações (CF, art. 154, i, “a” e “b”)	479
3.6.2.1. Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.....	479
3.6.2.2. Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego público remunerado	479
3.7. Perda do diploma	479
4. SINOPSE	480
5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	482
5.1. Informativos	482
5.2. Jurisprudência Seleccionada	486

CAPÍTULO XII

ABUSO DE PODER, CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIOS E CONDUTAS VEDADAS 493

1. ABUSO DE PODER.....	493
1.1. Introdução.....	493
1.2. Espécies de abuso de poder	494
1.2.1. Abuso de poder econômico.....	494
1.2.1.1. Conceito	494
1.2.1.2. Limitação da influência do poder econômico	495

1.2.1.3. Sanções	495
1.2.2. Abuso de poder político.....	496
1.2.2.1. Conceito	496
1.2.2.2. Limitação da influência do poder político	496
1.2.2.3. Sanções	497
1.2.3. Abuso de poder no uso dos meios de comunicação social	497
1.2.3.1. Conceito	497
1.2.3.2. Limitação do poder dos meios de comunicação social	498
1.2.3.3. Sanções	500

2. CAPTAÇÃO DE SUFRÁGIO 502

2.1. Conceito	502
2.2. Origem.....	502
2.3. Previsão legal	502
2.4. Elementos configuradores da captação ilícita de sufrágio	503
2.4.1. A prática de uma conduta punível.....	503
2.4.2. A legitimidade da conduta	503
2.4.3. A finalidade	504
2.4.4. O lapso temporal.....	504
2.5. Sanções	505
2.5.1. Multa	505
2.5.2. Cassação do registro ou do diploma	505
2.5.3. Inelegibilidade.....	505
2.6. Procedimento legal	506

3. CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA 506

3.1. Introito	506
3.2. Previsão legal	507
3.3. Rol de condutas vedadas	507
3.3.1. Utilização de bens móveis ou imóveis públicos em benefício de candidatos, partidos, (federações) ou coligações (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. I)	507

3.3.2. Utilização de materiais e serviços custeados por governos ou casas legislativas (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. II)	508	1. POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL..... 535
3.3.3. Utilização de servidores públicos em campanha durante o horário de expediente (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. III)	509	1.1. Introdução..... 535
3.3.4. Utilização promocional de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. IV).....	509	1.2. Polícias judiciárias 535
3.3.5. Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 10).....	510	1.2.1. Polícia judiciária da União..... 535
3.3.6. Revisão geral de remuneração de servidores públicos (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VIII)	511	1.2.2. Polícia judiciária estadual..... 535
3.3.7. Realização de movimentação de pessoal (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. V)	512	1.3. Polícia judiciária incumbida de apurar a prática de crimes eleitorais..... 536
3.3.8. Realização de transferência voluntária de recursos (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “a”)	513	1.4. Apuração dos crimes eleitorais..... 536
3.3.9. Publicidade institucional (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “b”, art. 73, inc. VII e art. 74)	514	1.4.1. Polícia Judiciária Eleitoral 536
3.3.10. Pronunciamento em cadeia de rádio e TV (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. VI, “c”)	516	1.4.2. Notícia-crime eleitoral 536
3.3.11. Contratação de shows artísticos (Lei nº 9.504/97, art. 75)	516	1.4.3. Inquérito policial (IPL) e termo circunstanciado de ocorrência (TCO) eleitoral 538
3.3.12. Inaugurações de obras públicas (Lei nº 9.504/97, art. 77).....	517	1.4.4. Prisão em flagrante e liberdade provisória com ou sem fiança 539
3.4. Sanções legais	518	2. CRIMES ELEITORAIS 540
3.5. Procedimento legal	520	2.1. Conceito 540
4. SINOPSE 521		2.2. Natureza jurídica 540
5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA 522		2.3. Classificação das infrações penais eleitorais..... 540
5.1. Súmulas do TSE	522	2.3.1. Crimes eleitorais contidos na Lei nº 6.091, de 15 de agosto de 1974 (fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição)
5.2. Informativos	522	2.3.2. Crimes eleitorais na Lei Complementar nº 64/90 (Lei das Inelegibilidades)..... 553
5.3. Jurisprudência Seleccionada	532	2.3.3. Crimes eleitorais contidos na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Geral das Eleições)
CAPÍTULO XIII		3. PROCESSO PENAL ELEITORAL..... 558
POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL,		3.1. Conceito 558
CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO		3.2. Condições da ação penal eleitoral 558
PENAL ELEITORAL..... 535		3.2.1. Legitimidade “ad causam” (legitimação para agir)
		3.2.2. Interesse de agir..... 559
		3.2.3. Possibilidade jurídica do pedido..... 559
		3.3. Classificação das ações penais em geral..... 559
		3.4. Classificação das ações penais eleitorais..... 559

3.5. Ação penal pública eleitoral.....	559	3.7.2. Procedimento criminal eleitoral da segunda instância (Tribunal Regional Eleitoral)	576
3.5.1. Conceito	559	4. REVISÃO CRIMINAL ELEITORAL (RCE) ...	578
3.5.2. Princípios.....	560	4.1. Previsão legal	578
3.5.2.1. Obrigatoriedade (legalidade).....	560	4.2. Natureza jurídica	578
3.5.2.2. Indisponibilidade (indesistibilidade).....	562	4.3. Cabimento.....	578
3.5.2.3. Indivisibilidade	562	4.4. Efeitos.....	579
3.5.2.4. Oficialidade	563	4.5. Prazo.....	579
3.5.3. A denúncia	563	4.6. Forma de interposição e resultado	579
3.5.3.1. Conceito	563	5. SINOPSE	579
3.5.3.2. Requisitos.....	563	6. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	582
3.5.3.3. Prazos	563	6.1. Súmulas do TSE	582
3.6. Procedimento processual penal eleitoral	564	6.2. Informativos	582
3.6.1. Introito	564	6.3. Jurisprudência selecionada.....	596
3.6.2. Competência	564	CAPÍTULO XIV	
3.6.2.1. Regra geral	564	AÇÕES CONSTITUCIONAIS E AÇÕES ESPECIAIS ELEITORAIS.....	601
3.6.2.2. Competência funcional por prerrogativa de função.....	565	1. MANDADO DE SEGURANÇA	601
3.6.2.3. Competência pela prática de crime eleitoral por menores de 18 anos de idade	568	1.1. Conceito	601
3.6.2.4. Competência pela prática de crime eleitoral conexo com crime doloso contra a vida.....	568	1.2. Espécies.....	601
3.7. Rito processual por crime eleitoral.....	569	1.3. Natureza jurídica	601
3.7.1. Procedimento criminal eleitoral da primeira instância.....	569	1.4. Previsão.....	601
3.7.1.1. Procedimento criminal previsto no Código Eleitoral	569	1.5. Origem.....	602
3.7.1.2. Procedimento criminal previsto após o advento da Lei nº 11.790, de 20 de junho de 2008	571	1.6. Objeto	602
3.7.1.2.1. Procedimento comum ordinário.....	571	1.7. Requisitos específicos	602
3.7.1.2.2. Procedimento comum sumário.....	575	1.8. Partes legitimadas.....	603
3.7.1.2.3. Procedimento comum sumaríssimo	575	1.9. Procedimento.....	604
		1.10. O mandado de segurança em matéria eleitoral.....	606
		2. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO....	607
		2.1. Conceito	607
		2.2. Previsão legal e origem	607
		2.3. Objeto	607
		2.4. Legitimados ativos	607
		2.5. Pressupostos	608

2.6. Coisa julgada	608	6. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC)....	622
2.7. Mandado de segurança coletivo em matéria eleitoral.....	608	6.1. Previsão legal	622
3. HABEAS DATA	610	6.2. Finalidade.....	622
3.1. Conceito	610	6.3. Legitimidade.....	623
3.2. Origem e previsão	610	6.3.1. Ativa	623
3.3. Natureza jurídica	610	6.3.2. Passiva	624
3.4. Finalidade.....	611	6.4. Prazos (LC n.º 64/90, art. 3.º)	625
3.5. Cabimento e competência.....	611	6.5. Competência	625
3.6. Legitimidades ativa e passiva.....	612	6.6. Procedimento.....	626
3.6.1. Legitimidade ativa.....	612	7. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE)	632
3.6.2. Legitimidade passiva	612	7.1. Conceito	632
3.7. <i>Habeas Data</i> em matéria eleitoral	612	7.2. Previsão legal	632
4. MANDADO DE INJUNÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVO	613	7.3. Prazo.....	633
4.1. Conceito	613	7.4. Legitimidades ativa e passiva.....	633
4.2. Objeto e previsão legal	613	7.4.1. Legitimidade ativa.....	633
4.3. Requisitos e competência	613	7.4.2. Legitimidade passiva	634
4.3.1. Requisitos.....	613	7.5. Competência	634
4.3.2. Competência	614	7.6. Causa de pedir	634
4.4. Legitimidades ativa e passiva.....	614	7.7. Rito processual.....	635
4.4.1. Legitimidade ativa.....	614	7.8. Peculiaridades	637
4.4.2. Legitimidade passiva	616	8. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (AIME)	638
4.5. Efeitos.....	616	8.1. Conceito	638
4.6. Mandado de injunção em matéria eleitoral	617	8.2. Previsão legal	638
5. HABEAS CORPUS	620	8.3. Natureza jurídica	638
5.1. Conceito	620	8.4. Origem.....	638
5.2. Espécies.....	620	8.5. Fundamento.....	638
5.3. Legitimidades ativa e passiva.....	620	8.6. Finalidade.....	639
5.3.1. Legitimidade ativa.....	620	8.7. Prazo de interposição.....	639
5.3.2. Legitimidade passiva	620	8.8. Competência	639
5.4. Cabimento.....	620	8.9. Legitimidades ativa e passiva.....	640
5.5. Prazo.....	621	8.9.1. Legitimidade ativa.....	640
5.6. O <i>habeas corpus</i> no Direito Eleitoral.....	621	8.9.2. Legitimidade passiva	640

8.10. Rito processual.....	641	13.2. Súmulas do TSE	658
8.11. Peculiaridades	642	13.3. Informativos.....	659
9. AÇÃO RESCISÓRIA ELEITORAL (ARE)	642	13.4. Jurisprudência Seleccionada	669
9.1. Conceito	642	CAPÍTULO XV	
9.2. Previsão legal	643	RECURSOS ELEITORAIS	677
9.3. Natureza jurídica	643	1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	677
9.4. Legitimidade ativa.....	643	1.1. Conceito de recursos	677
9.5. Cabimento.....	643	1.2. Finalidade.....	680
9.6. Competência	643	1.3. Fundamento.....	680
9.7. Prazo de interposição.....	644	1.4. Características	681
9.8. Competência	644	1.5. Classificação	681
9.9. Peculiaridades	644	1.5.1. Quanto ao objeto tutelado	681
10. RECURSO CONTRA DIPLOMAÇÃO		1.5.1.1. Recursos ordinários ou	
(RCD)	645	normais	681
10.1. Noção prévia	645	1.5.1.2. Recursos extraordinários	
10.2. Natureza jurídica.....	645	ou especiais.....	682
10.3. Previsão legal	645	1.5.2. Quanto ao fim pretendido	682
10.4. Competência para julgar o recurso...	645	1.5.2.1. Reforma.....	682
10.5. Prazo de interposição.....	646	1.5.2.2. Invalidação	682
10.6. Cabimento.....	646	1.5.2.3. Esclarecimento ou	
10.7. Legitimidades ativa e passiva.....	647	integração.....	682
10.7.1. Legitimidade ativa.....	647	1.5.3. Quanto à extensão da matéria ...	682
10.7.2. Legitimidade passiva	647	1.5.3.1. Recurso parcial	682
10.8. Procedimento	648	1.5.3.2. Recurso total	682
10.9. Peculiaridades	649	1.5.4. Quanto à fundamentação.....	683
11. REPRESENTAÇÃO OU		1.5.4.1. Recurso de fundamentação	
RECLAMAÇÃO POR INFRINGÊNCIA À		livre ou ilimitada.....	683
LEI DAS ELEIÇÕES (LEI Nº 9.504/97)	649	1.5.4.2. Recurso de fundamentação	
11.1. Previsão legal	649	vinculada ou limitada	683
11.2. Competência	650	1.5.5. Quanto à fonte	683
11.3. Legitimidade	650	1.5.5.1. Recursos constitucionais.....	683
11.4. Procedimento	650	1.5.5.2. Recursos legais.....	683
11.5. Peculiaridades	651	1.5.5.3. Recursos regimentais	683
12. SINOPSE	652	1.6. Efeitos.....	683
13. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA....	656	1.6.1. Efeito devolutivo	684
13.1. Súmulas do STF	656	1.6.2. Efeito suspensivo.....	684
		1.6.3. Efeito extensivo	684

1.6.4. Efeito regressivo	684	2.3.3. Embargos de declaração.....	700
1.6.5. Efeito translativo	685	2.3.4. Recurso Especial Eleitoral	701
1.6.6. Efeito substitutivo	685	2.3.5. Recurso Ordinário Eleitoral (ROE)...	703
1.7. Princípios.....	685	2.3.6. Agravo de instrumento	705
1.7.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	685	2.4. Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral	706
1.7.2. Princípio da taxatividade.....	685	2.4.1. Recurso inominado	706
1.7.3. Princípio da singularidade (unirrecorribilidade).....	686	2.4.2. Embargos de declaração.....	706
1.7.4. Princípio da fungibilidade	686	2.4.3. Recurso extraordinário	707
1.7.5. Princípio da vedação da “reformatio in pejus”	686	2.4.4. Recurso ordinário constitucional (ROC)	709
1.7.6. Princípio da voluntariedade.....	687	2.4.5. Agravo de instrumento	710
1.7.7. Princípio da lesividade	688	3. SINOPSE	710
1.7.8. Princípio da personalidade	688	4. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	712
1.8. Juízo de admissibilidade (juízo de prelibação)	688	4.1. Súmulas do STF	712
1.9. Pressupostos gerais recursais	688	4.2. Súmulas do TSE	712
1.9.1. Pressupostos subjetivos.....	688	4.3. Informativos.....	713
1.9.2. Pressupostos objetivos	689	4.4. Jurisprudência selecionada.....	721
1.10. Renúncia e desistência do recurso ...	691	CAPÍTULO XVI	
1.10.1. Desistência	691	FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE	
1.10.2. Renúncia.....	693	CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS	727
2. ESPÉCIES RECURSAIS ELEITORAIS	693	1. INTRODUÇÃO	727
2.1. Recursos contra decisões dos Juízes Eleitorais.....	693	2.FINANCIAMENTO E PRESTAÇÃO DE	
2.1.1. Apelação criminal eleitoral ou recurso eleitoral criminal (REC).....	694	CONTAS DAS CAMPANHAS ELEITORAIS....	727
2.1.2. Recurso em sentido estrito (RESE)	695	2.1. Introito	727
2.1.3. Recurso inominado eleitoral.....	696	2.2. Legislação aplicável	728
2.2. Recursos contra decisões das Juntas Eleitorais.....	697	2.3. Origem dos recursos	728
2.2.1. Introdução.....	697	2.3.1. Fontes de arrecadação permitidas	728
2.2.2. Recurso parcial.....	697	2.3.2. Fontes de arrecadação vedadas....	732
2.3. Recursos contra decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais	699	2.4. Procedimento para o início da arrecadação e gastos de recursos.....	732
2.3.1. Recurso parcial.....	699	2.4.1. Pedido de registro de candidatura	733
2.3.2. Recurso inominado eleitoral.....	700	2.4.2. CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica	733
		2.4.3. Conta bancária eleitoral.....	734
		2.4.4. Obtenção dos recibos eleitorais....	735

2.5. Gastos eleitorais.....	736	2.6.9.1.4. Prazo.....	747
2.5.1. Introito	736	2.6.9.1.5. Rito processual.....	748
2.5.2. Data para início e término da arrecadação de recursos e realização de despesas.....	736	2.6.9.2. Representação Eleitoral por Captação Ilícita de Recursos (RECIR)	749
2.5.3. Elenco legal	736	2.6.9.2.1. Previsão Legal.....	749
2.5.4. Limitação de gastos de campanha.....	738	2.6.9.2.2. Legitimidade.....	750
2.5.5. Sanções pela extrapolção do limite de gastos	738	2.6.9.2.2.1. Legitimidade ativa	750
2.6. Prestação de Contas de Campanhas...	739	2.6.9.2.2.2. Legitimidade passiva ...	751
2.6.1. Quem deve prestar contas?	739	2.6.9.2.3. Competência	751
2.6.2. Qual o prazo para a prestação de contas final de campanha?	739	2.6.9.2.4. Prazo.....	752
2.6.3. Há previsão de prestação de contas parcial de campanha?	740	2.6.9.2.5. Procedimento.....	752
2.6.4. Acaso os candidatos ou partidos políticos não prestem contas no prazo legal, qual deverá ser o comportamento da Justiça Eleitoral? ...	740	2.6.9.2.6. Efeitos da decisão.....	753
2.6.5. Quais peças e documentos devem ser apresentados no momento da prestação de contas?	740	2.6.9.2.7. Recursos	754
2.6.6. Como deve ser realizada a prestação de contas e encaminhada à Justiça Eleitoral?.....	742	3. PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PARTIDOS POLÍTICOS.....	754
2.6.7. Análise e Julgamento das Prestações de Contas.....	742	3.1. Legislação aplicável	754
2.6.7.1. Procedimento.....	742	3.2. Prazo.....	754
2.6.7.2. Julgamento	743	3.3. Competência	755
2.6.7.3. Recursos	744	3.4. Receitas partidárias permitidas e vedadas	755
2.6.7.4. Fiscalização.....	744	3.5. Despesas partidárias	757
2.6.8. Resultado financeiro	744	3.6. Obrigações partidárias.....	758
2.6.9. Representação Eleitoral por Excesso de Doação (REED) e Representação Eleitoral por Captação Ilícita de Recursos (RECIR).....	745	3.7. Procedimento do exame das contas partidárias pela Justiça Eleitoral (fases postulatória e instrutória, quando houver ou não movimentação financeira de recursos).....	758
2.6.9.1. Representação Eleitoral por Excesso de Doação (REED)	745	3.8. Julgamento das contas partidárias pela Justiça Eleitoral e sanções em caso de desaprovação (FASE DECISÓRIA)	764
2.6.9.1.1. Previsão Legal	745	3.9. Recursos e regularização.....	766
2.6.9.1.2. Legitimidade	746	4. SINOPSE	767
2.6.9.1.3. Competência.....	746	5. PARA CONHECER A JURISPRUDÊNCIA	771
		5.1. Súmulas do TSE	771
		5.2. Informativos	771
		5.3. Jurisprudência Seleccionada	780

ANEXO I 785	ANEXO III
ANEXO II	QUADRO RESUMIDO DE
PROGRAMA OFICIAL DE DIREITO	DESINCOMPATIBILIZAÇÃO..... 795
ELEITORAL DO CONCURSO DO	ANEXO IV
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	ALISTAMENTO ELEITORAL
(CARGO: PROCURADOR DA REPÚBLICA).... 791	(RESOLUÇÃO Nº 23.659/21-TSE) 801
PROGRAMA OFICIAL DE DIREITO	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 827
ELEITORAL DO CONCURSO PARA	
PROVIMENTO DE CARGOS DE	
PROCURADOR DA REPÚBLICA 793	